

ANÁLISE DA PRESERVAÇÃO E ÁREA PERMANENTE DE FUNDO DE VALE DA REGIÃO DE CASCAVEL-PR

BURIN, Luan De Marco.¹

BERGAMO, Ana Paula Rodrigues Horita²

RESUMO

O estudo feito analisou a região de fundo de vale e áreas de preservação permanentes da cidade de Cascavel-PR na localidade do bairro Cancelli, em uma das regiões do Rio das Antas no qual foi feito levantamento fotográfico e analisado quesitos de preservação, e normativas de acordo com as leis implantadas pelo município. Há uma falta de fiscalização pois as leis foram criadas e devem ser respeitadas e fiscalizadas pelos órgãos da prefeitura, no caso analisado foi presenciado edificações praticamente dentro do leito do rio sem nenhuma preservação e segurança para quem vive nessas edificações, o assoreamento e presente na maioria do curso do rio, há a presença de muito lixo de todos os tipos. As famílias presentes nessas áreas de risco devem ser retiradas e colocadas em outros locais seguros e de acordo com a legislação vigente, e a preservação dessas regiões devem ser mantidas. Deve-se fazer a limpeza do rio com mais frequência para que não ocorra obstruções no leito.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo de vale, Preservação, Cascavel.

1. INTRODUÇÃO

Foi feita a análise da localidade do bairro Cancelli na área de preservação permanente do rio das Antas localizado entre as ruas Visconde do Rio Branco e rua Manoel Ribas, com o inchaço urbano a área possui obras edificadas praticamente dentro do leito do rio, sem nenhuma preservação e segurança para os moradores, pois em épocas de cheias do rio ele pode aumentar rapidamente seu fluxo.

Nas margens do rio há presença de muito lixo reciclado, e lixos em estado de decomposição deixados ou até mesmo carregados pelo rio através seu percurso pela cidade, o rio das Antas se encontra em avançado nível de assoreamento devido à falta de mata nativa ciliar na sua cabeceira e no seu percurso.

Após análise do local e estudo do macrozoneamento de Cascavel chegasse a conclusão de que as famílias instaladas nessas regiões de preservação do rio devem ser retiradas, a limpeza do rio deve ocorrer com frequência para obstruir a passagem em alguns pontos, deve haver uma fiscalização para que esse tipo de construção não ocorra nas proximidades do rio.

¹Luan De Marco Burin é egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário-FAG-luandemarcoburin@hotmail.com

²Ana Paula Rodrigues Horita Bergamo é docente do Curso de Arquitetura do Centro Universitário-FAG-arq.anapaula@hotmail.com

2. REFEERNCIAL TEÓRICO

De acordo com Oliveira (2003, pg. 20) “o meio ambiente é o espaço em que ocorrem as interações dos seres vivos entre si e com o meio em que vivem. Há pouco tempo, tendia-se considerar o ambiente apenas como a vizinhança, os arredores. No entanto, os profundos desequilíbrios e a crescente degradação ambiental provocados pela intervenção humana nas últimas décadas levaram o homem a compreender que o mundo é um só e que o desequilíbrio e a devastação ocorridos em determinados pontos do planeta podem comprometer o ambiente como um todo. Sabe-se também que os problemas globais, como as mudanças climáticas e a destruição da camada de ozônio, acabam por atingir direta ou indiretamente vários pontos da Terra. Por isso, as questões ecológicas passaram a fazer parte de todos os projeto e programas de desenvolvimento global, nacional, regional ou local.”

Reis argumenta (2011, pg. 11) sobre o assunto que “O Código Florestal prevê faixas e parâmetros diferenciados para as distintas tipologias de APPs, de acordo com a característica de cada área a ser protegida. No caso das faixas mínimas a serem mantidas e preservadas nas margens dos cursos d’água (rio, nascente, vereda, lago ou lagoa), a norma considera não apenas a conservação da vegetação, mas também a característica e a largura do curso d’água, independente da região de localização, em área rural ou urbana.”

Reis (2011, pg. 11) finaliza seu discurso dizendo que “Como se vê, as APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e assim assegurar o bem-estar das populações humanas.”

De acordo com a (Lei nº 12.651, 2012, pg.17) essas regiões são legalmente protegidas por lei sendo áreas vulneravelmente frágeis, esta proteção tem como principal função a proteção do solo prevenindo desastres associados ao uso inadequado do solo, evitar enchentes poluições e assoreamentos nos rios, colaborar com as recargas dos aquíferos, ajudar na função ecológica de refúgio para fauna e atenuação dos desequilíbrios climáticos.

De acordo com o Portal do Município de Cascavel a cidade passa por fatores que não são respeitados, a Lei que dispõe sobre os crimes ambientais é a Lei Federal nº 9605/98, propõe sanções penais administrativas para condutas de atividades lesivas ao meio ambiente, ao armazenamento de materiais proibidos, as áreas de preservação permanente e áreas de fundo de vale. Os exemplos

mais comuns na área urbana de Cascavel são: destruir ou danificar florestas em área de preservação permanente (APP), causar dano direto ou indireto as unidades de conservação, destruir ou danificar, lesar, ou maltratar plantas de ornamentação de logradouros públicos ou de propriedade privada.

O discurso de Lombardo (1985) e Seabra (2005) alertam para que, sob o peso do “determinismo ambiental”, não separemos a natureza das variações produzidas pela ação do homem, porquanto natureza social; que a natureza destruída terá de ser reconstruída, mas não será igual, senão uma outra, em outro plano: a segunda natureza. A qualidade desta segunda natureza é que se discute. Por um lado, os modernos processos de apropriação da natureza mostram-se altamente tecnológicos e sofisticados na sua produção do espaço (como o “padrão Alphaville”, disseminado pelas grandes cidades do País); por outro lado, condenam, ao mesmo tempo, áreas desprezadas do sítio urbano à degradação ambiental.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consiste no levantamento do local estudado sobre aspectos urbanos da cidade de Cascavel-PR, visando a preservação e qualidade de vida das famílias que residem nessas áreas de preservação ambiental. Foi feita a revisão bibliográfica em artigos científicos, livros, e sites a consulta de matérias referentes a fundo de vales e preservação das áreas permanentes.

O levantamento para o estudo será realizado através de uma análise da legislação da cidade de Cascavel-PR, para coleta dos dados além do mapa da área de preservação. Posteriormente, serão realizados levantamentos de campo complementados por dados secundários referentes à condição da região do município escolhida para análise, buscando levantar características físicas, social e ambiental do local.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Escolha da região de fundo de vale

No primeiro contato com o estágio de urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário-FAG foi proposto a escolha de uma localidade da cidade de Cascavel para análise onde poderia estar em preservação permanente, para a realização de levantamento fotográfico e análises de como esse local está atualmente, se segue as normas e legislações vigentes.



A partir daí foi escolhido a região para a pesquisa dar início e fazer os levantamentos, a região encontrasse no bairro Cancelli que possui o rio das antas na região noroeste da cidade de Cascavel-PR.

4.2 Análise dos dados e mapas

Após feita a escolha do local foi coletado o mapa de macrozoneamento da região no site da secretaria de planejamento da cidade para fazer a análise e estudar os pontos da região que foi escolhido até chegar a esta localidade que se encontrava em estado degradado e com ocupações irregulares de acordo com as normativas da cidade.

No levantamento feito em campo foi constatado irregularidades de acordo com a legislação, as construções não estão de acordo com a distância que deveria estar, existe muita poluição no rio, o assoreamento e forte em alguns pontos, mudando até mesmo o curso do rio das antas, as pessoas devem mudar seus hábitos, deve haver um cuidado com a preservação dos fundos de vale para que não tragam problemas mais graves futuramente como enchentes.

Após escolher a região buscou-se verificar como se encontrava o fundo de vale, sua área de preservação permanente e se as distâncias de mata estavam de acordo, em que passava o rio das antas, com essa visita foi possível perceber a degradação da região pelo fato de existir muita poluição e construções em lugares inapropriados praticamente dentro do leito do rio, fator que causa o assoreamento pois há a retirada da vegetação para a construção, as margens estão sem vegetação rasteira o que causa o desmoronamento com as águas que desaguam no rio, assoreando cada vez mais o leito do rio.

Não há fiscalização por órgãos da prefeitura da cidade, sendo que a mesma está ocupada por moradores onde a faixa de preservação ambiental seria de no mínimo de 30 metros, na situação atual não chega a 10 metros de mata ciliar. Os riscos são grandes, o rio pode subir seu nível em poucos minutos, e na área que era destinada ao leito está presente edificações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo as atividades do estágio de urbanismo contribuíram para o entendimento da preservação dos fundos, estudo dos mapas e visitas a campo trouxeram o enriquecimento de como funciona as leis legislativas da cidade. As regiões que deveriam estar sendo projetadas com vegetação estão sendo ocupadas e totalmente degradadas com poluição desmatamento para a

ocupação irregular, todos esses problemas que são ignorados pelos órgãos de fiscalização de Cascavel.

Dessa forma a realização do estágio cumpriu com os requisitos tornando-se fundamental para o estagiário exercer a profissão como arquiteto. O contato com a situação encontrada em campo foi necessário para entender as necessidades para a realização do estudo da região. Por fim conclui-se de que deve haver uma conscientização de todos a preservação dos rios e importante para não acarretar mais problemas agravantes futuros a cidade de Cascavel-PR.

REFERÊNCIAS

LEI nº 12.651, de 25 de maio de 2012

LEI ORDINARIA 6179/2013, CASCAVEL-PR

Mapa do Plano Habitacional do Município de Cascavel, Áreas de Preservação Permanente.

REIS. Marcos, ROSA. Marcos, SERVULO. Luiz, MEDEIROS. João. **Áreas de preservação permanente e unidades de conservação áreas de risco.** Brasília, 2011.

www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/sema/subpagina.php?id=120

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, M. V. C. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio.** São Paulo, editora Senac São Paulo, 2003.